

ANC

ANC

Comissão estende obrigatoriedade de IR ao

14 de setembro de 1988 — POLÍTICA — A - 5

presidente

Da Sucursal de Brasília

A Comissão de Redação do Congresso constituinte, em seu primeiro dia de trabalho, estendeu a obrigatoriedade do pagamento de Imposto de Renda para, o presidente da República, vice-presidente e ministros de Estado. O texto aprovado no segundo turno de votação — que estabeleceu o pagamento de Imposto de Renda sobre o total dos ganhos para parlamentares, juizes e militares — era omissivo em relação àqueles cargos públicos.



Os 25 membros da comissão aprovaram a inclusão de um artigo que dispõe sobre os bens do Distrito Federal. Segundo a redação aprovada ontem, serão incluídos entre os bens do DF os que lhe forem atribuídos pela União, na forma da lei.

A comissão disciplinou ainda a criação de novos Estados através da fusão parcial dos artigos 18 e 50. Para se criar um novo Estado, será preciso consultar a população diretamente interessada, através de plebiscito, e ouvir a Assembléia Legislativa. O Congresso Nacional é encarregado de decidir a questão e regulamentá-la através de lei complementar, que será sancionada pelo presidente da República.

O senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), um dos co-presidentes da comissão, considerou que essas decisões — com exceção da fusão sobre a criação dos Estados — são matérias aditivas, que não foram votadas pelo Congresso constituinte. Passarinho pretende formalizar junto ao presidente Ulysses Guimarães (PMDB-SP) o pedido de que as matérias novas sejam votadas em bloco duas vezes pelo plenário. O regimento interno determina que todos os dispositivos da Constituição sejam aprovados em dois turnos.

Segundo Passarinho, o líder do PMDB, deputado Nelson Jobim (RS), se mostrou favorável à proposta. O senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP) e o líder do PC do B, Haroldo Lima (BA), também são partidários dessa proposta. A bancada do PT, em princípio contrária ao fato de a Comissão de Redação aprovar matéria nova,



Fogaça, Cabral, Passarinho, Ulysses e Afonso Arinos, na reunião da Comissão de Redação da Constituinte

também apóia que essas matérias sejam votadas duas vezes pelo plenário.

Até o início da noite, Ulysses não havia se manifestado sobre a questão. Ele concordou apenas em ampliar o prazo para a Comissão de Redação analisar os destaques dos constituintes, caso se verifique, até sábado, um grande número de emendas.

Após examinar as sugestões de emendas propostas pelos relatores, a comissão deverá discutir os destaques levantados por seus membros. Em seguida, segundo Passarinho, será examinado o relatório feito pelo filólogo Celso Cunha, que acompanha os trabalhos, apontando erros gramaticais e de linguagem.

Até ontem às 18h30, a lista de Celso Cunha já continha mais de 120 itens. A comissão, até esse horário, havia examinado 30 propostas de Cabral, aprovado 23 e rejeitado sete. Na parte da manhã, a comissão aprovou praticamente todas as modificações de texto — mais de 100 — feitas por Cabral, com exceção de seis.

Decisões da Comissão são políticas

MAURO LOPES

Da Sucursal de Brasília

A Comissão de Redação da nova Carta tem por objetivo, como o próprio nome e as regras que definiram sua criação indicam, dar polimento ao texto aprovado pelos parlamentares em plenário. Trata-se de uma tarefa aparentemente técnica, o que deveria dar tom insólito à disputa dos últimos dias por sua composição. Só que, especialmente em política, o momento da redação final de um texto é, muitas vezes, o mais crucial.

Uma vírgula a mais ou a menos pode alterar substancialmente o sentido de algum dispositivo da nova Constituição. Ou seja, a comissão, apesar da fachada técnica, acaba tendo poder político.

Vista por este ângulo, a disputa pela inclusão de novos nomes na Comissão de Redação é perfeitamente explicável.

Ontem mesmo a comissão deu um

exemplo do poder político que concentra. Seus membros decidiram que o presidente, o vice e os ministros pagarão Imposto de Renda sobre os seus proventos durante o exercício dos cargos, um dispositivo não aprovado em plenário.

Foi uma decisão política, que atendeu à regra maior do Congresso constituinte sob a batuta de Ulysses Guimarães: quando há consenso, todas as regras vão para a lata de lixo.

O consenso, porém, depende sempre da composição de forças políticas. Até anteontem, a esquerda tinha sete dos 12 votos na comissão, quando esta proporção modificou-se para sete em 17; ontem, com a entrada do deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG), os "progressistas" se viram sete diante de 18.

Hoje deverá haver nova chiadeira e Ulysses Guimarães poderá conceder mais um ou dois cargos aos "progressistas", para que os ânimos serenem e os trabalhos andem com rapidez.